

Ariane Aparecida Carvalho de Arruda
José Luís S. Peixoto

Caderno de Apoio

Porto Murtinho no Contexto Histórico Colonial



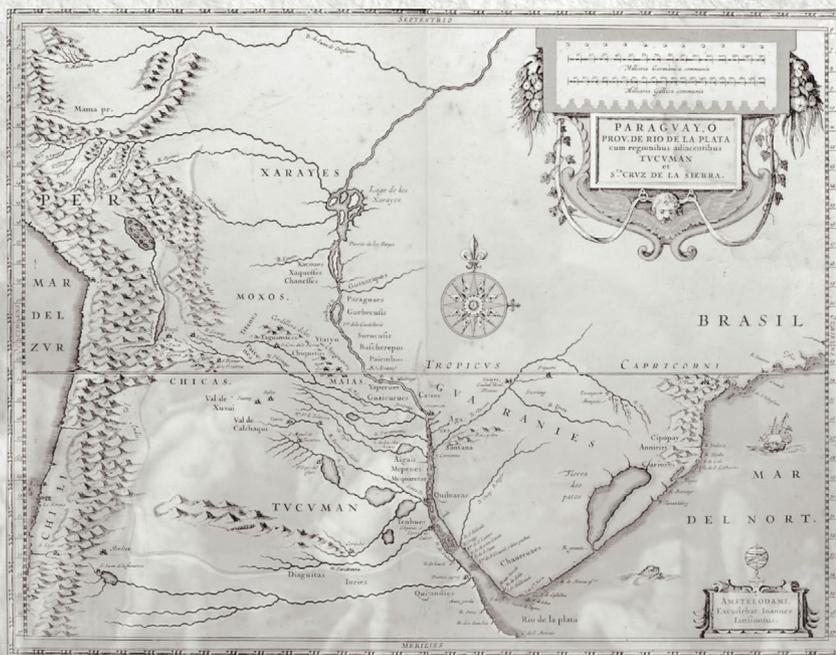
Caderno de Apoio

Porto Murtinho

no Contexto

Histórico Colonial

Ariane Aparecida Carvalho de Arruda
José Luís S. Peixoto



Copyright © 2022 dos autores e da Editora Ecodidática

Os direitos de edição e publicação foram cedidos à Editora Ecodidática.

Esta obra está licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND). Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Editor-Chefe: Gleidson Melo

Assistente Editorial: Marta Regina da Silva-Melo

Edição, diagramação e arte visual: Gleidson Melo e Marta Regina da Silva-Melo

Capa: imagens da obra

Revisão dos textos: Marcelo Rocha Brugger

Revisão: Ariane Aparecida Carvalho de Arruda e José Luís S. Peixoto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Caderno de apoio [livro eletrônico] : Porto Murtinho no contexto histórico colonial / organização Ariane Aparecida Carvalho de Arruda, José Luís S. Peixoto. -- 1. ed. -- Campo Grande, MS : Editora Ecodidática, 2022.
PDF.

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-996629-5-9

1. Arqueologia. 2. Porto Murtinho (MS) - História I. Arruda, Ariane Aparecida Carvalho de. II. Peixoto, José Luís S.

22-130168

CDD-981.71

Índices para catálogo sistemático:

1. Porto Murtinho : Mato Grosso do Sul : Estado : História 981.71
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

DOI: <http://doi.org/10.56713/editoraecodidatica/99662959>

<https://editoraecodidatica.com.br>

contato@editoraecodidatica.com.br

WhatsApp: +55 67 3211-2328

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO MULTIDISCIPLINAR (DOUTORAS E DOUTORES)

Airton José Vinholi Júnior

IFMS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

Angela Guida

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Antonia Suely Guimarães e Silva

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

Beatriz Aparecida Alencar

IFMS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

Eduardo Salinas Chavéz

Instituto de Desarrollo Regional Universidad de Granada, España

Eliane Rosa da Silva Dilkin

IFMS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

Fabio Martins Ayres

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Fábio Pereira do Vale Machado

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Larissa Tinoco Barbosa

Pesquisadora associada ao Instituto Arara Azul

Marilyn Aparecida Errobidarte de Matos

IFMS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

Marta Costa Beck

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Marta Regina da Silva-Melo

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

PARECERISTAS E REVISORES POR PARES (AD-HOC)

Atestamos que esta obra foi revisada por pares (*ad-hoc*) e indicada pelo Conselho Editorial Científico Multidisciplinar da Editora Ecodidática para publicação.



SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	6
APRESENTAÇÃO.....	8
ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL.....	10
SOBRE O CADERNO DE APOIO.....	12
ARQUEOLOGIA E ETNO-HISTÓRIA DE PORTO MURTINHO/MS E ADJACÊNCIAS.....	15
PESQUISAS EM ARQUEOLOGIA.....	17
PESQUISAS EM ETNO-HISTÓRIA DE PORTO MURTINHO/MS.....	27
PESQUISAS EM ETNO-HISTÓRIA.....	28
FONTES HISTÓRICAS.....	30
EXPEDIÇÕES EUROPEIAS.....	31
FUNDAÇÃO DE ESPAÇOS COLONIAIS.....	34
POVOS ORIGINÁRIOS.....	37
OS GUARANI.....	39
OS KADIWÉU.....	41
OS KINIKINAU.....	44
OS MBAYÁ-GUAYCURÚ E OS PAYAGUÁ.....	47
GLOSSÁRIO.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
MATERIAL COMPLEMENTAR.....	60
ÍNDICE REMISSIVO.....	64
SOBRE OS AUTORES.....	68

PREFÁCIO

A história da ocupação humana do Pantanal começou há 5.500 anos por grupos pré-ceramistas e, a partir de 2.800 anos atrás, por grupos ceramistas que construíram seus assentamentos denominados Aterros, dentro da planície pantaneira.

Os Aterros são construções pré-coloniais em pontos estratégicos da paisagem para a proteção contra as inundações da planície pantaneira e para o domínio territorial, que permaneceram ao longo do tempo. Ainda hoje, os Aterros são utilizados, entre outras funções, para a implantação de moradia, sedes de fazenda, currais e pousadas.

Quando da chegada dos europeus, no século XVI, havia uma densidade demográfica de populações indígenas estabelecida sobre os chamados Aterros. Entre esses locais, foi elencada para este estudo a região composta pelos grupos Guarani, Kadiwéu, Kinikinau, Mbayá-Guaycurú e Payaguá.

Os estudos arqueológicos e etno-históricos na planície pantaneira são desenvolvidos desde 1996 pela equipe do Laboratório de Arqueologia do Pantanal (UFMS/CPAN). A partir de projetos de pesquisa, de publicações (de artigos, resumos e capítulos de livros) e de dissertações e teses acadêmicas, os estudos desenvolvidos no LAPan apresentam um panorama geral sobre os primeiros habitantes, os seus sistemas de assentamentos, a sua cultura material, a arte rupestre e, em especial, as rela-

ções interétnicas com a sociedade europeia, as quais se deram mediante intensos conflitos, negociação, mestiçagem, trocas culturais e reciprocidades.

As expedições europeias que percorreram a Bacia do Prata, a partir de 1516, circularam notícias e informações sobre as riquezas naturais, as peripécias e os povos originários, através de diários, relatos, crônicas, informes, cartas e relatórios escritos por funcionários do Governo, autoridades administrativas e missionários religiosos. Por meio dessas fontes históricas, que circularam amplos territórios entre a América do Sul e a Europa, podemos nos aproximar da realidade dos grupos étnicos e o esforço empreendido por eles diante de um novo cenário histórico, social, econômico e cultural surgido com a inserção do sistema colonial português e espanhol na região.

Assim, este Caderno de Apoio tem como objetivo principal divulgar a história pré-colonial e histórica da região de Porto Murtinho e adjacências, disponibilizando para a comunidade e os profissionais de educação e de turismo um material teórico, conceitual, histórico e de educação patrimonial. Dessa maneira, espera-se que o caderno contribua, ainda, com a promoção da conscientização, da valorização e do conhecimento sobre o patrimônio histórico e cultural acautelados na região.

Ariane Aparecida Carvalho de Arruda
Coordenadora dos Estudos Etno-históricos
do Pantanal Sul-mato-grossense



APRESENTAÇÃO

O presente estudo tem como principal objetivo enriquecer os conhecimentos da comunidade murtinhense ao apresentar dados científicos e históricos a respeito de um imóvel rural que é referência na região. Além disso, o estudo pretende reafirmar a vocação para fomento da produção pecuária que mantém conservada a natureza e preserva a cultura e a memória pantaneira. A Fazenda Tereré, objeto deste estudo, possui uma extensão de aproximadamente 40 mil hectares.

A Fazenda Tereré é conhecida pelos munícipes em razão das disputas que remontam os anos de 1990. O imóvel ficou em vias de abandono, sendo ocupado por posseiros e grileiros. Com a chegada do atual possuidor, o imóvel passou a ter suas divisas defendidas, deixando para trás o histórico de abandono e disputas pelas terras, dando início a um novo ciclo de ocupação.

Este caderno atesta o nosso compromisso em atender a legislação ambiental e patrimonial, uma vez que traz um estudo sobre as mais diversas ocupações existentes no imóvel e no município. Neste sentido, o Caderno de Apoio reflete o compromisso com a Constituição Federal, artigo 23, em proteger os bens de valor histórico, artístico e cultural e promover, junto à comunidade de Porto Murinho, o conhecimento sobre os primeiros habitantes da região.

O leitor, ao se debruçar sobre este estudo, identificará as relações históricas que remontam tempos pré-coloniais, as quais permeiam as terras da Fazenda Tereré, o município de Porto Murinho e os grupos indígenas. O leitor também perceberá que, a partir do início do século XVI, espanhóis e portugueses se inserem nessa mesma história.

Acreditamos que, ao apresentar os povos que se estabeleceram no município de Porto Murinho e suas mais remotas origens, este caderno contribui para o resgate da história de todos os murtinhenses.

Hélio de Lima
Produtor Empreendedor

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) realizado na Fazenda Tereré, para o levantamento de alteração das pastagens nativas em campos de carandazal e de supressão de capões de cerrados, consistiu de um profundo estudo de mapeamento de áreas, estrategicamente projetadas, a fim de manter as condições ambientais e arqueológicas o menos alteradas possível. Neste último aspecto, fez-se sondagens e pré-estudos com o apoio de especialistas com grande conhecimento da região.

Destaca-se que parte de matas e de cotas altas, as regiões mais propícias a terem eventuais sítios arqueológicos, mantiveram-se conservadas em áreas no entorno das morrarias do Pão de Açúcar, conforme mapeamento apresentado ao IMASUL e ao IPHAN nos estudos da Fazenda Tereré.

É importante mencionar que, segundo o estudo aqui apresentado, os primeiros habitantes do Pantanal, desde os tempos pré-coloniais, estabeleceram seus assentamentos dentro da planície pantaneira, sobre pequenas elevações do terreno conhecido localmente como capões-de-mata.

Esses locais, quando apresentam vestígios da ocupação humana, são denominados aterros. Logo, este caderno traz valioso conhecimento aos admiradores do Pantanal e à população de Porto Murinho.

Para este estudo, foi elaborado um projeto específico para o acompanhamento das aberturas da vegetação nativa, sempre com a avaliação e acompanhamento do Professor Peixoto, grande estudioso da região pantaneira, e sua equipe que realiza vistorias e elabora os relatórios técnicos exigidos pelo IPHAN.

Ireno Golin e Máyra Golin Rodrigues
Equipe ARATER Consultoria Ambiental



SOBRE O CADERNO DE APOIO

Tudo o que permite ao homem conhecer a si mesmo e ao mundo que o rodeia pode ser chamado de bem cultural. (UNESCO apud SILVA; SILVA, 2018)

A proteção e a valorização dos bens culturais se constituem como um fato social e a seleção do que se considera como patrimônio cultural são construções coletivas, baseadas nas significações e nos valores que são dados por diferentes setores da sociedade. [...] O caminho para o envolvimento e apropriação desses bens pela comunidade perpassa, necessariamente, pela educação. (IPHAN, 2011, p. 12)

Este caderno de apoio tem como objetivo apresentar os estudos de Etno-história e de Arqueologia desenvolvidos no projeto “Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Fazenda Tereré, Porto Murtinho/MS”. Essa pesquisa de avaliação foi necessária devido à solicitação do proprietário da fazenda Tereré para a substituição de pastagem e supressão de vegetação nativa nos limites da propriedade, o que foi recomendado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

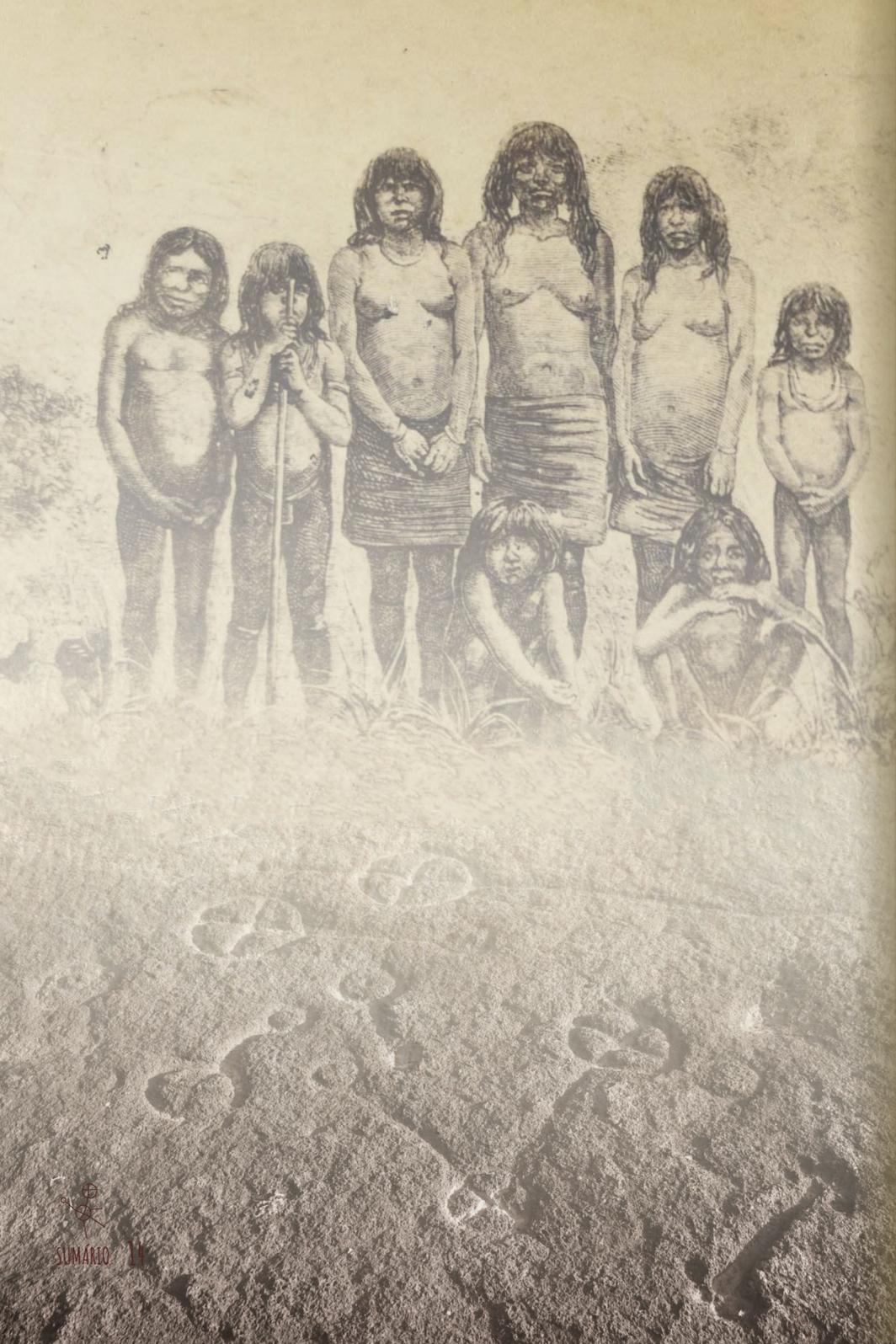
A Fazenda Tereré está localizada no município de Porto Murtinho/MS, no extremo sul do Pantanal Sul-mato-grossense; a propriedade integra o bioma Pantanal, constituído por plantas migradas do Cerrado, da Amazônia, do Chaco e da Mata Atlântica, havendo, inclusive, espécies endêmicas do Pantanal (ARATER, 2018, p. 33).

Assim, este material pretende inserir Porto Murtinho no contexto histórico colonial, destacando informações arqueológicas e etno-históricas a respeito do município. Além disso, este caderno de apoio pretende divulgar os bens culturais acautelados, contendo material teórico-histórico, conceitual e de educação patrimonial para que os professores, os técnicos, os guias de turismo possam dele se valerem em salas de aula ou quando estiverem em contato com o público interessado.

Entre as perspectivas de educação patrimonial do IPHAN está a inserção desse tema na grade curricular das instituições de ensino. Assim, a partir do Caderno de Apoio, os profissionais de educação terão material teórico, orientações e sugestões de leituras, vídeos, filmes e documentos históricos e iconográficos para trabalhar em salas de aula com seus alunos e a comunidade local. Ora, entendemos a História como movimento social e memória difundida socialmente, cujo discurso sobre o passado e o presente é construído a partir da valorização do saber, das vivências e das interpretações dos diferentes grupos sociais ao longo do tempo.

Logo, este Caderno de Apoio apresentará conhecimentos históricos e culturais sobre os povos originários e sobre os europeus que ocuparam a região de Porto Murtinho e adjacências, em tempos pré-coloniais e históricos; apresentará, ainda, referências bibliográficas e uma lista com indicações de materiais complementares com o objetivo de aprofundar a temática e servir como facilitador do diálogo entre os profissionais de educação e a comunidade local de forma colaborativa e participativa.





ARQUEOLOGIA E ETNO-HISTÓRIA
DE PORTO MURTINHO/MS
E ADJACÊNCIAS

Ariane Aparecida Carvalho de Arruda
José Luís S. Peixoto

ARQUEOLOGIA E ETNO-HISTÓRIA DE PORTO MURTINHO/MS E ADJACÊNCIAS

O presente estudo, além de cumprir os dispositivos legais necessários à implantação do empreendimento nos limites da Fazenda Tereré e preservar seu patrimônio cultural, contribui com os demais estudos arqueológicos na região, desenvolvidos pela equipe do Laboratório de Arqueologia do Pantanal (LAPan/UFMS). A equipe do LAPan/UFMS realiza, desde 1996, pesquisas com procedimentos teóricos e metodológicos dedicados à região pantaneira, os quais são continuamente testados, pelos coordenadores de Arqueologia e de Etno-história, em vários projetos de pesquisa.

As pesquisas arqueológicas e etno-históricas mostram que a borda oeste do Pantanal apresenta concentrações de sítios arqueológicos a céu aberto e de sítios com arte rupestre. As informações extraídas das fontes históricas apontam que as alianças, os conflitos e os intercâmbios de conhecimentos culturais, políticos e ambientais são as bases de sustentação da organização e desenvolvimento das sociedades na Bacia do Prata, entre os séculos XVI e XIX. Questiona-se, no entanto, se parte desses comportamentos estariam presentes entre os grupos étnicos, antes mesmo do contato e instalação do sistema colonial europeu na região.

PESQUISAS EM ARQUEOLOGIA

Na planície pantaneira, os locais estratégicos para estabelecimento de assentamentos de grupos pré-coloniais, dos indígenas historicamente conhecidos e das comunidades atuais são as superfícies elevadas do terreno, regiões que garantem a esses grupos proteção contra inundações. Vale destacar que os grupos elegem, preferencialmente, os declives suaves dos morros próximos a planícies e sobre os capões-de-mata, facilmente identificados na paisagem. Quando esses locais apresentam vestígios da cultura material, são denominados Aterros pela Arqueologia Brasileira.

Os Aterros são construídos em pontos estratégicos da paisagem sobre elevações do terreno, de forma circular ou elíptica, onde cresce vegetação arbórea, preferencialmente à margem de lagoas e de canais fluviais (corixos) e em campos associados à inundação, com pouca frequência nas margens dos rios. Passados centenas de anos, os Aterros continuam a fazer parte da história pantaneira, uma vez que muitos deles são utilizados para a instalação de sedes de fazendas, de pousadas, de casas, de currais de gado e de locais para a agricultura de subsistência (Figuras 1 e 2).



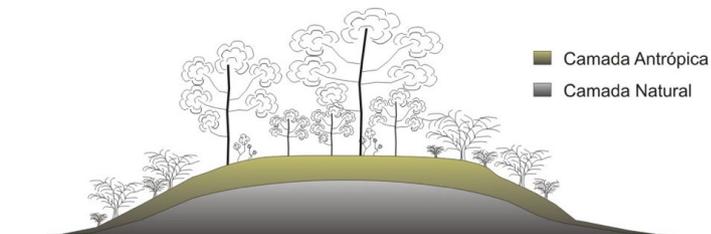


Figura 1: Aterro representado por uma camada de solo natural, que é sobreposto por uma camada de ocupação pertencente a grupos que ocuparam o Pantanal antes da chegada dos europeus (Escala horizontal 1:100 e Escala vertical 1:1000).



Figura 2: Aterro Jati, período de cheia, na planície de inundação, lagoa do Castelo, Corumbá/MS. Fonte: Peixoto (2011).

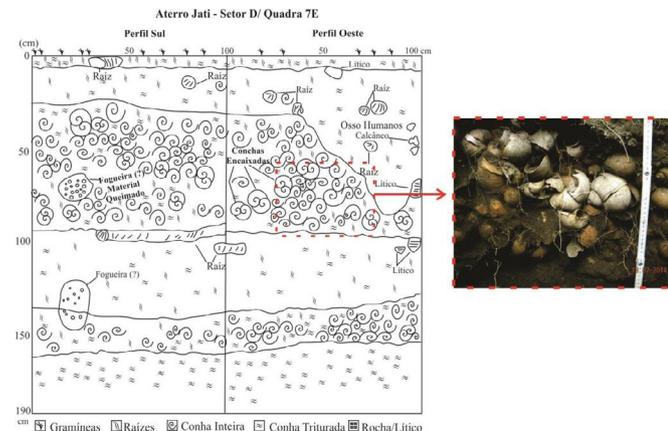


Figura 2a: Perfil estratigráfico do Setor D, Quadra 7E das paredes Norte/Leste e Sul/Oeste, com detalhe da camada de conchas da parede Oeste do Aterro Jati. Fonte: Peixoto (2016, p. 34).

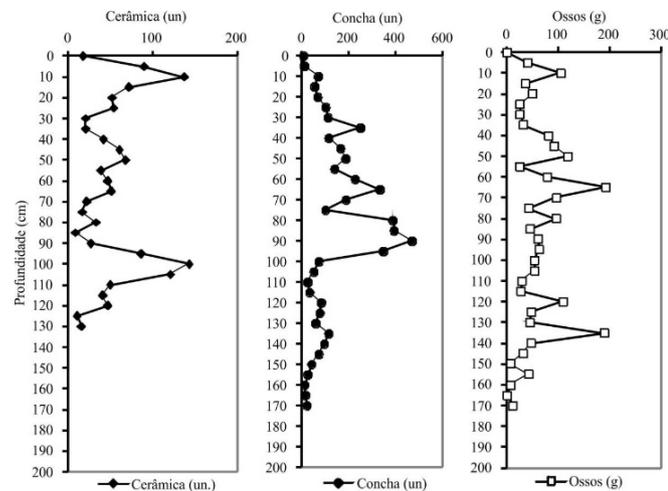


Figura 2b: Material arqueológico coletado no Aterro Jati, ao longo da sondagem do Setor D, Quadra 7E (1 m² com profundidade de 1,90 m), onde foram coletados 1.378 fragmentos cerâmicos, 2.031 gramas de fragmentos de ossos de animais (peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos) e 4.485 conchas de *Pomacea sp* quebradas e inteiras. Fonte: Peixoto (2016), com modificação.

A ocupação indígena na planície pantaneira está diretamente associada à construção dos Aterros e ao uso da “canoa de um pau só”, sobretudo na região da borda oeste do Pantanal, onde a água das cheias do rio Paraguai se mantém na planície de inundação ao longo do ano (Figura 3).



Figura 3: “Canoa de um pau só” utilizada na planície pantaneira por grupos indígenas e por comunidades ribeirinhas.

A partir de 5.500 anos AP (antes do presente), parece iniciar o estabelecimento dos primeiros Aterros na planície com a ocupação de grupos pré-ceramistas. Posteriormente, por volta de 2.800 anos AP, inicia-se uma densa ocupação de grupos ceramistas denominados Tradição Pantanal pela Arqueologia. Essa ocupação é perceptível pelo aumento de agrupamentos de Aterros que, possivelmente, indicam um aumento da densidade demográfica, semelhante ao constatado nos registros históricos no momento da chegada dos europeus na Bacia do Prata.

É provável que os sítios de arte rupestre do Pantanal estejam associados aos grupos que ocuparam os Aterros, pois a maioria dos grafismos estão em substratos rochosos nas encostas de morros de baixa altitude e de lajedos horizontais, às margens da planície de inundação, localizados na borda oeste do Pantanal. Os conjuntos de símbolos somam aproximadamente 4.000 m², distribuídos em vários sítios, que parecem representar o bioma Pantanal.

Os grafismos são confeccionados a partir da técnica de percussão e de polimento; no emprego dessa técnica, ocorrem movimentos retilíneos e curvilíneos, resultando em sulcos que delineiam as figuras geométricas de composição livre (Figura 4).

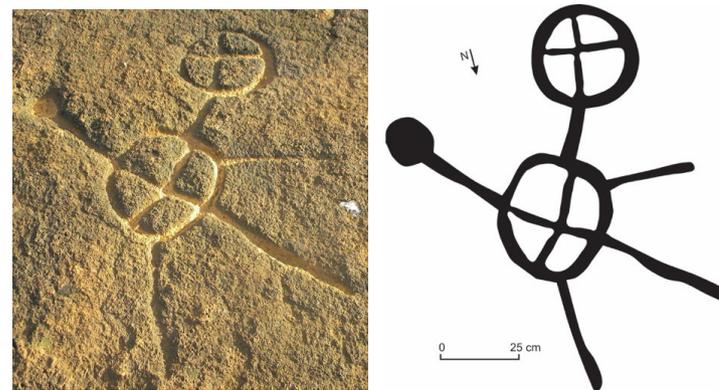


Figura 4: Gravuras com profundidade de 2 cm a 3 cm escavados em lajedos horizontais (bancadas lateríticas) no maciço do Urucum, Corumbá/MS. Fonte: Peixoto e Arruda (2011, p. 15).

Os símbolos e a composição cenográfica sugerem que as gravuras pertencem ao mesmo horizonte cultural, pois predominam motivos geométricos semelhantes, em que as representações dos animais são minoritárias. Os conjuntos dos grafismos parecem indicar representações autóctones que estão presentes em 15 sítios e que se prolongam na região da borda oeste do Pantanal e na região da Chiquitania, na Bolívia (PEIXOTO, 2013) (Figura 5).



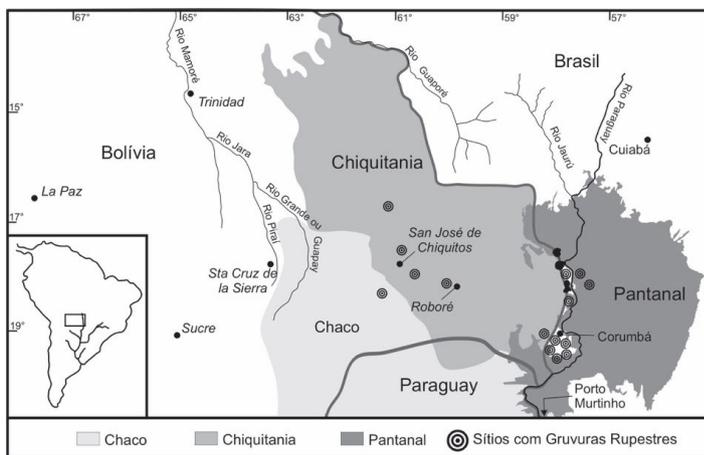


Figura 5: Distribuição dos sítios de arte rupestre no Pantanal e na Chiquitania (Bolívia). Fonte: Peixoto (2013, p. 14), com modificações.

Os estudos de Arqueologia e de Etno-história indicam que, no município de Porto Murtinho, viviam vários grupos no período pré-colonial e ao longo do histórico, estando os seus remanescentes ali presente até os dias atuais. Em 1892, em visita ao Pantanal do Nabileque, o etnógrafo Guido Boggiani registrou a presença de vestígios de material cerâmico em capões-de-mata e identificou, à margem do rio Paraguai, concentrações de conchas de moluscos (Figura 6). Esse local é conhecido como *Puerto 14 de Mayo* e tornou-se um dos primeiros sítios associado ao passado pré-colonial chaquenho do Paraguai e adjacências. Em 1959, a antropóloga Branislava Susnik realizou estudos no material cerâmico, o qual ela denominou cerâmica Kadiwéu – Mbayá de Punta Valinotti, que manifesta elementos culturais de grupos do Alto Paraguai, Arawak andino e Guaycurú chaquenho.

Ao norte da cidade de Porto Murtinho foi descrito por Oliveira (2004, p. 94) um sítio arqueológico denominado Cayman I, com presença de material cerâmico policrômico, inclusive vasilhas inteiras, cujas características parecem estar associadas à cerâmica conhecida etnograficamente por Kadiwéu (Figura 6).

Em 2019 e 2022 foram realizadas pesquisas arqueológicas na Fazenda Tereré, em que os levantamentos de campo, os estudos etno-históricos e os estudos arqueológicos indicaram que a área da fazenda tem baixo potencial de ocorrência de assentamentos de longa duração, seja de grupos pré-coloniais ou historicamente conhecidos. No entanto, considerando que os grupos humanos estabelecem seus assentamentos de acordo com o contexto social e ambiental, eles frequentemente estão associados a sítios especializados com diferentes atividades. Portanto, é possível que a área da fazenda faça parte de um contexto mais amplo, com estabelecimento de assentamentos sazonais de caça, de coleta e de pesca.

É importante considerar que a região de Porto Murtinho e adjacências está sob influência dos biomas Pantanal, Cerrado e Mata Atlântica, que oferecem aos grupos étnicos uma biodiversidade de recursos para subsistência e trocas culturais. A influência desses biomas proporciona a exploração e o acesso a uma variedade de recursos para subsistência, mobilidade, interação e desenvolvimento dos grupos humanos. Compreender a ocupação desses espaços geográficos, sobretudo considerando os aspectos social e cultural no passado recente, requer o entendimento da interação com áreas adjacentes. Assim, é necessário um conhecimento sobre a ocupação huma-



na histórica dos espaços compreendidos pela cidade de Assunção/Paraguai, pelo Fecho dos Morros, pelo Morro Pão de Açúcar e pelo porto de La Candelária, até a confluência com o rio Nabileque, abaixo do Forte de Coimbra. Essa fortificação foi fundada em 1775 por Luiz de Albuquerque de Mello e Cáceres, nos limites com o império colonial espanhol, posteriormente, em 1778, instalou-se outro povoado nas altas barrancas que margeiam o rio Paraguai, denominado Albuquerque, que, no século XIX, tornou-se a cidade de Corumbá/MS (CORRÊA, 2009).

Os estudos arqueológicos demonstram que, entre 21° e 17° de latitude sul, ao longo e adjacente ao rio Paraguai, temos uma cultura material associada aos grupos pré-coloniais de Tradição Pantanal que ocuparam a planície de inundação; de 21° até aproximadamente a cidade de Assunção, considerando as fontes etno-históricas, é possível inferir que se trate de ocupação de grupos étnicos de Tradição Tupi-Guarani (ARRUDA, 2015, p. 104-118).

A presença dos indígenas Payaguá, a partir de 1723, estava restrita mais ao norte, ao longo e adjacente ao rio Paraguai, entre a cidade de Corumbá/MS (19° de latitude) até à confluência com os rios São Lourenço, Cuiabá e Alegre. A circulação dos Guaycurú, por sua vez, estava restrita mais ao sul, entre a cidade de Assunção, e, a oeste, nas *tierras adentro*, adentrando a região do Chaco boliviano até as missões de Chiquitos, especialmente aquelas que estavam no espaço de fronteira Bolívia/Brasil, como Santo Corazón, San Juan, Santiago e San José de Chiquitos (Figura 6).

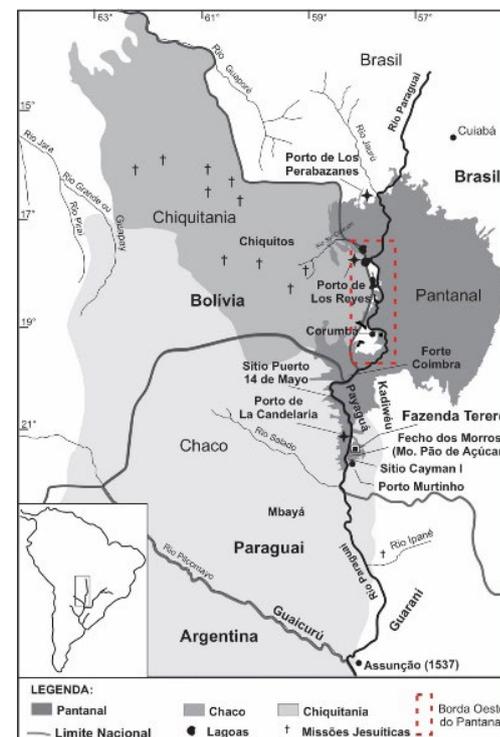
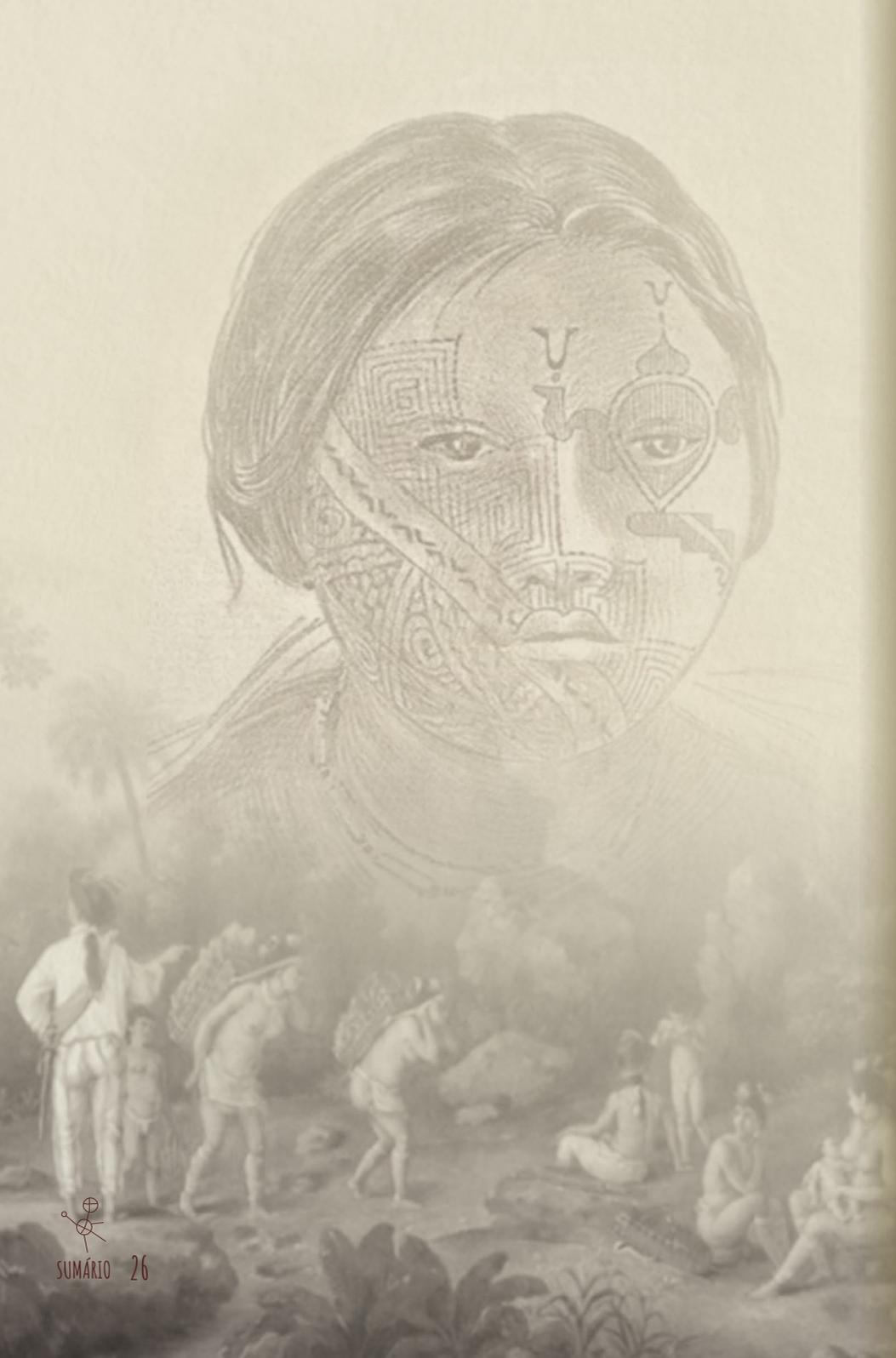


Figura 6: Mapa com a localização da fazenda Tereré e dos grupos indígenas Guarani, Kadiwéu, Mbayá-Guaicurú e Payaguá que se estabeleceram, durante a expansão colonial, ao longo do rio Paraguai. Em destaque, a borda oeste do Pantanal, onde se encontram concentrações de sítios arqueológicos dos grupos indígenas pré-coloniais e históricos, o porto de *La Candelaria* e os sítios arqueológicos *Puerto 14 de Mayo* e *Cayman I*. Fonte: Arruda (2011; 2015), com modificações.

Os estudos de Arqueologia e de Etno-história indicam que o município de Porto Murinho está inserido em uma história indígena que integra os períodos pré-colonial e histórico. Este último está associado à ocupação das coroas espanholas e portuguesas, entre os séculos XVI e XVIII, cujos remanescentes estão presentes na região até os dias atuais.





PESQUISAS EM ETNO-HISTÓRIA DE PORTO MURTINHO/MS

Ariane Aparecida Carvalho de Arruda
José Luís S. Peixoto



PESQUISAS EM ETNO-HISTÓRIA

Etno-história é um conjunto de técnicas e métodos utilizados para elucidar a cultura através do uso das tradições escritas e orais (CARMACK, 1979). A disciplina tem como objetivo a compreensão do processo vivido por um grupo indígena, suas categorias, suas características culturais e seus modos de ser. Além disso, a Etno-história promove questionamentos que possibilitem a revisão do passado histórico e a “assimilação”, de algum modo, de elementos da memória e da tradição de determinado grupo étnico (MELIÀ, 1987).

Os documentos históricos não foram escritos pelos indígenas na tentativa de contar a “sua história” e, sim, fruto de um contato marcado pelo colonialismo. Assim, torna-se relevante a “crítica interna” do documento, visando avaliar a exatidão e a fidelidade do seu registro, além de fazer comparações com outras fontes históricas e arqueológicas.

Os estudos etno-históricos auxiliam a Arqueologia de modo que se possa comparar elementos culturais encontrados nos sítios arqueológicos com grupos étnicos historicamente conhecidos, ou seja, grupos indígenas que estavam presentes no momento da chegada dos europeus nas Américas a partir do século XVI. Esse trabalho torna-se mais fácil quando se analisa um sítio arqueológico histórico, pois seus habitantes ali viveram e deixaram

seus vestígios após o contato com a sociedade europeia. Assim, é possível estudar os habitantes de uma determinada região através de múltiplas fontes de pesquisa, tais como: a escrita (cartas, informes, relatos de expedições, crônicas, diários, relatórios etc.), a iconografia (fotos, desenhos, croquis e mapas), a cultura material (objetos e estruturas) e a oralidade (relatos orais feitos pelos moradores locais) (PEIXOTO; ARRUDA, 2011).



FONTES HISTÓRICAS

Os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias, e os historiadores da cultura devem criar suas próprias estratégias para lê-los (HUNT, 1992, p. 18).

Os dados etno-históricos são obtidos por meio da documentação escrita produzida pelos colonizadores (diários, relatos ou crônicas dos viajantes europeus), pelos jesuítas das missões religiosas e pelas autoridades administrativas (funcionários do governo e colonos europeus). Os diários, relatos ou crônicas escritas pelos viajantes europeus que percorreram a região do rio da Prata, Paraná, Uruguai e Paraguai são utilizados como documentos que expressam veracidade, com a intenção de deixar o registro à posteridade, ou seja, para os próximos colonos/viajantes europeus (ARRUDA, 2011).

Assim, na Etno-história são analisadas as fontes primárias que trazem múltiplas e profundas interpretações; as fontes secundárias auxiliam em uma melhor compreensão dos dados primários e do contexto social em que o autor está inserido. O objetivo é ler essas fontes em busca do significado. De acordo com Marc Bloch (2001), “os documentos são vestígios” e o trabalho do pesquisador/historiador está em saber interrogá-lo. Logo, através das fontes históricas, percebemos o esforço empreendido pelos europeus e pelos indígenas para se adaptarem a um novo cenário, vida e costumes.



EXPEDIÇÕES EUROPEIAS

Em 1524 ocorreram as primeiras expedições de colonização na região do Pantanal. Os colonizadores percorreram o rio Paraguai e as lagoas da borda oeste. Na realidade, a intenção dos europeus estava na conquista das riquezas minerais de Potosi e do Peru, e a colonização da região só foi possível quando eles se deram conta de que ali não havia minerais a serem extraídos e da necessidade de distribuição de terras entre seus colonos e os vassalos (os indígenas locais). Assim, o estabelecimento da sociedade espanhola ocorreu a partir de 1560, assegurando o avanço e os limites de fronteira com os domínios portugueses, na região de Mato Grosso, no Brasil.

O português Alejo Garcia e os Guarani partiram do litoral sul do Brasil (Santa Catarina), em 1524, com o objetivo de alcançar o Império Inca. Posteriormente, outras expedições foram realizadas sob o comando de Sebastian Gaboto e de Diego Garcia. As notícias dessas viagens levaram os espanhóis a explorarem a região do rio da Prata, fundando a cidade de Buenos Aires, em 1536; Assunção, em 1537; e Santa Cruz de la Vieja, ou Nueva Asunción (atual missão de San José de Chiquitos), em 1559, por Nuflo de Chaves. Em 1561, o povoado foi trasladado ao atual local e conhecido como Santa Cruz de la Sierra/Bolívia.

A Coroa Espanhola começou a empreender sua política mercantilista na região do rio da Prata, enviando conquistadores nomeados para realizar o descobrimento mediante condições impostas no decorrer da expedição.



O principal objetivo dessas expedições coloniais era o descobrimento de novos territórios que sustentassem a política mercantilista do período, ou seja, a conquista de riquezas minerais (ouro e prata). Entretanto, quando a idealização do *Eldorado* foi interrompida, devido à constatação de que a região andina estava sob monopólio dos conquistadores espanhóis do Peru, os espanhóis iniciam outra política, agora voltada para a colonização da região descoberta (Figura 7).



Figura 7: "Prospecto das canoas em que navegaram os empregados na Viagem Filosófica pelos rios Cuiabá, São Lourenço, Paraguai e Jauru". Museu Bocage. Fonte: Amado e Anzai (2006, ilustração 15).

Como estratégia das expedições estava a instalação de portos, povoados e cidades nas margens do rio Paraguai e adjacências que propiciavam a entrada dos conquistadores para as *tierras adentro* e o reconhecimento dos povos indígenas. Na expedição de Ñuflo de Chavez e Hernando de Ribera aos indígenas Xaraye, no Pantanal Sul-mato-grossense, observa-se que os europeus partiam frequentemente de um porto localizado nas margens do

rio Paraguai, o *puerto de los Reyes* (na lagoa Gaíba), deixando nesse local um grupo de homens e mantimentos, pois caso a expedição às *tierras adentro* fracassasse, os espanhóis regressariam novamente ao porto. Esses locais eram fundados com o objetivo de servir como lugares seguros para o aprovisionamento das embarcações e as entradas a Oeste, nas *tierras adentro* (na Chiquitania, atual Oriente boliviano) (Figura 8).

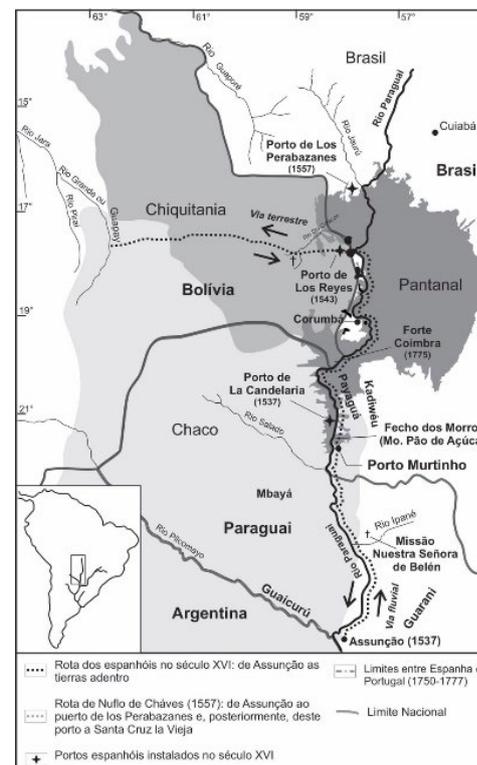


Figura 8: Rotas expedicionárias percorridas pelos espanhóis entre Assunção e Santa Cruz la Vieja, na Chiquitania, com a localização dos portos instalados no século XVI (*puerto de la Candelaria*, *puerto de los Reyes* e *puerto de los Perabazanes*). Fonte: Arruda (2011, p. 69).



FUNDAÇÃO DE ESPAÇOS COLONIAIS

Em 1535, a expedição de Pedro de Mendoza é realizada com o objetivo de explorar a região do Rio da Prata. Posteriormente, diversas outras partiram, levando ao conhecimento e colonização das regiões dos rios da Prata, Paraná, Uruguai e Paraguai. Foi apenas a partir de 1543 que os espanhóis Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, Francisco de Rivera, Domingo Martínez de Irala, Ñuflo de Chavez e Hernando de Salazar iniciaram a colonização da área de fronteira entre o Pantanal e a Bolívia. Nessa região, os espanhóis fundaram povoados, cidades, estâncias, portos, fortes e missões religiosas, e estabeleceram *encomiendas*, ou seja, criaram mecanismos do sistema colonial para suprir a falta de metais preciosos. No estabelecimento dessas *encomiendas*, os europeus distribuíram os indígenas locais para servirem aos colonos como força de trabalho nas construções, nos serviços domésticos e na manutenção das lavouras (Figura 9).

Assim, fazia parte do sistema colonial a fundação de portos em locais estratégicos para a chegada e saída de embarcações e tripulações, como o porto de *Los Reyes* (1543), o porto de *La Candelária* (1537) e o porto de *Los Perabazanes* (1557).

Próximo à região de Porto Murinho, acima do Fecho dos Morros, na margem direita do rio Paraguai, foi fundado pelo expedicionário espanhol Juan de Ayolas o porto de *La Candelária* (Figura 8). Os portos foram instalados pelos espanhóis no século XVI, por razões estratégicas, visando a delimitação do território sob domínio espanhol; o aprovisionamento das embarcações; o estabelecimento

de um ponto de referência para as expedições seguintes; e, principalmente, um lugar de acesso às *tierras adentro*, estando, assim, mais próximos às riquezas minerais do Peru e de Potosi.



Figura 9: Índios atravessando um riacho ("O caçador de escravos"). Durante o período colonial, diversos grupos indígenas foram aldeados e utilizados em serviços nas *encomiendas*, nas construções e nas minas. Pintura óleo sobre tela de Jean-Baptiste Debret. 1820-1830. Paris, França, 1768-1848. 80 X 112 cm. Fonte: acervo do MASP. Disponível em: <http://masp.art.br/masp2010/acervo>.

O termo *tierras adentro* foi bastante utilizado pelos europeus em seus relatos para referir-se à região a oeste do Pantanal, na Bolívia. O termo servia, sobretudo, para indicar os lugares "*más allá*" (mais adentro, interior) de onde estavam, ou seja, onde pretendiam encontrar vassallos (grupos indígenas) que mostrassem os caminhos para que pudessem alcançar fabulosas riquezas minerais do Peru e de Potosi. Assim, o conhecimento da região, bem como a aliança com grupos indígenas autóctones, era parte fundamental da colonização europeia.





POVOS ORIGINÁRIOS

Ariane Aparecida Carvalho de Arruda
José Luís S. Peixoto

POVOS ORIGINÁRIOS

Até meados da década de 1980, a historiografia brasileira, influenciada por pressupostos eurocêntricos, não considerava relevante uma abordagem que eleva os povos indígenas ao estatuto de protagonistas ou agentes históricos. No entanto, a partir da década de 1990, os estudos voltaram-se para a superação binária "indígena X contato", com a compreensão de que "a história indígena vai muito além dos contatos" com as sociedades europeias no século XVI (COMBÊS, 2010). Nesse período, ampliam-se as possibilidades analíticas da documentação, valorizando a pesquisa das formas e estratégias dos indígenas na história.

Entre os povos indígenas que são citados nos relatos (crônicas, cartas, relatórios e informes de viagens europeias) desde o século XVI até início do XIX, estão os Guarani, os Kadiwéu, os Kinikinau, os Mbayá-Guaycurú e os Payaguá. Esses povos estavam presentes em uma extensa faixa territorial a norte do Fecho dos Morros, entre os paralelos de 21° e 18°. Evidentemente, havia limites e fronteiras étnicas entre os grupos indígenas, mas podemos inferir que, em tempos distintos da invasão europeia, ou seja, antes e após a colonização, esses grupos mantiveram encontros e desencontros entre suas parcialidades, seja mediante alianças e reciprocidades, seja em intensos conflitos por territórios, alimentos e supremacia de um grupo étnico perante o outro.



OS GUARANI

Quando os europeus chegaram na região do Pantanal, no século XVI, precisamente entre os paralelos de 21° e 20°, provavelmente mantiveram contato com grupos indígenas do Tronco Tupi-Guarani, conhecidos como Guarani (Figura 10). Nos relatos dos viajantes, podemos observar que os Guarani se tornaram vitais no sucesso ou fracasso das expedições dos europeus, sobretudo na região do Pantanal, pois serviram-lhes como guias, intérpretes e meio de acesso aos suprimentos locais, aos grupos indígenas aliados, por serem conhecedores de áreas geográficas e de riquezas minerais.



Figura 10: Carios (Guarani), em 1599. Fonte: Gravura de Ulrich Schmidl (1903 [1567]).



Os primeiros contatos dos europeus com os Guarani surgiram quando o português Alejo Garcia empreendeu uma expedição (1524-1525) até as cordilheiras dos Andes em busca das fabulosas riquezas minerais. Os Guarani acompanharam o conquistador Garcia, pois viram na expedição uma possibilidade de ampliar sua área de influência. Durante o retorno, nas margens do rio Paraguai, os indígenas mataram Alejo Garcia e abriram outro caminho para conceber um movimento migratório diferente, além da conquista de novas terras.

Em 1542, quando o conquistador Alvar Núñez Cabeza de Vaca chegou à Assunção, um dos primeiros grupos com que manteve contato e aliança foi com os Guarani. Essa relação de Cabeza de Vaca com os Guarani tinha as seguintes razões: os Guarani era um dos grupos de maior número; viviam próximo à cidade de Assunção; alguns indígenas viviam como cativos de outros grupos, como os Payaguá, o que poderia facilitar o uso dessa mão de obra; e eram, na visão dos europeus, indígenas que mantinham costumes de guerrear e praticar vingança. Assim mencionou Cabeza de Vaca em seu relato de expedição pelo rio da Prata:

Esta es una gente y generación que se llaman guaranies; son labradores, que siempre dos veces al año siembran maíz, y asimismo siembran cazabi, crían gallinas a la manera de nuestra España, y patos; tienen en sus casas muchos papagayos, y tienen ocupada muy gran tierra, y todo es una lengua, [...] (CABEZA DE VACA, 1984 [1555]).



OS KADIWÉU

Os Kadiwéu pertencem aos grupos mais setentrionais dos conhecidos Mbayá-Guaycurú, estando, ao lado destes, inseridos na família linguística Guaykurú (Figura 11). Os Mbayá-Guaycurú são classificados nos documentos históricos como lavradores, coletores de vegetais silvestres e caçadores de animais silvestres.

A partir do século XVIII, os Mbayá-Guaycurú estão muito presentes nos relatos coloniais, sendo fortemente descritos e comentados, sobretudo nos relatos dos missionários religiosos, como Sánchez Labrador (1910, [1770]), que, em 1760, fundou a missão *Nuestra Señora de Belén* no rio Ipané (Figura 8).

Parte dos Guaycurú estiveram reunidos nessa missão até 1767, ano de expulsão da Companhia de Jesus dos territórios americanos.

Na expedição comercial empreendida por Guido Boggiani, em 1892, pelo território onde estavam os indígenas Kadiwéu, entre as proximidades dos atuais Porto Murinho, Porto Guarani e desembocadura com o rio Nabileque, encontramos uma riqueza de detalhes sobre os costumes e arte desses grupos, bem como informações sobre a fauna e a flora local.

Os Kadiwéu foram registrados por vários europeus viajantes, Herbert Huntington Smith (estadunidense), Guido Boggiani (italiano), Emile Rivasseau (francês), Alberto Vojtěch



Frič (tchecoslovaco), Henrich Henrikhovitch Manizer (russo), Erich Freundt (alemão), Wanda Theressia Leokadia Hanke (austríaca), Kalervo Oberg (canadense) e Claude Lévi-Strauss (2001) (SILVA, 2011), que os encontraram em território brasileiro, na fronteira com o Paraguai, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

Uma das características culturais que mais chamou a atenção desses viajantes, sendo constantemente relatada, é o gosto desses grupos pela ornamentação, inferido pelos símbolos que representavam figuras humanas e caracteres semelhantes a uma escrita.

Esses símbolos foram utilizados tanto em objetos pessoais, como “pentes, cachimbos, espátulas de tecer, cabças reduzidas a caixas, estojos etc.” (BOGGIANI, 1975 [1894], p. 228-229) quanto nos animais, gados e cavalos, pois os grupos tinham “o costume de ornar os cavalos brancos de desenhos em vermelho com o urucu” (BOGGIANI, 1975 [1894], p. 229).

Outras características também foram registradas pelos viajantes, tais como: as pinturas faciais e corporais (Figura 11), os adornos (Figura 12), a fabricação de cerâmica e o comportamento guerreiro (SILVA, 2011).

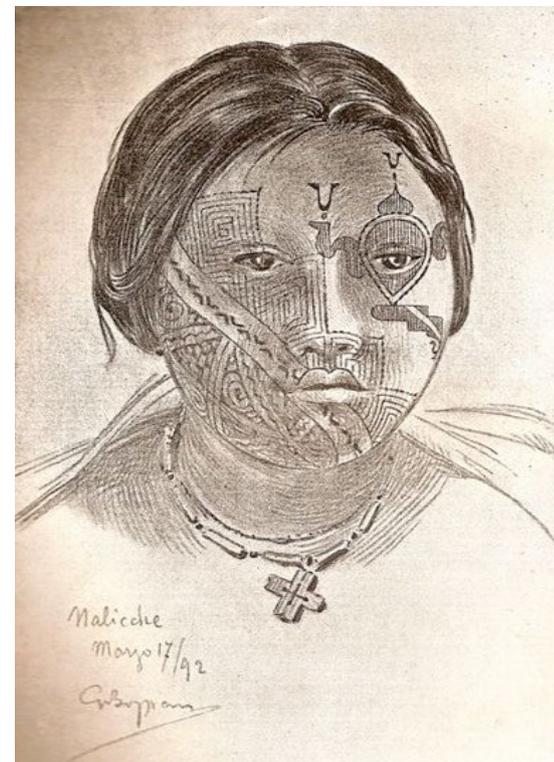


Figura 11: “A cunhada de Joãozinho”, indígena Kadiwéu, aquarela do italiano Guido Boggiani, em 1892, Pantanal de Nabileque. Fonte: Boggiani (1975 [1894], p. 195).



Figura 12: Motivo ornamental em pote cerâmico. Fonte: Boggiani (1975 [1894], p. 150).



OS KINIKINAU

... houve tempo que ninguém mais falava em nossa existência, mas entre nós sempre soubemos de nossa origem...

– Estamos aqui!

Carta do Povo Kinikinau ao Estado Brasileiro (2015)

A trajetória histórica dos Kinikinau está marcada por povos que já foram considerados extintos, mas a partir do censo de 1998, realizado na Reserva Indígena Kadiwéu, pela Prefeitura de Porto Murtinho, revelou a presença de 58 indígenas que se autodeclararam Kinikinau. Estima-se, também, cerca de 195 indígenas Kinikinau em aldeias Terena, nos municípios de Miranda e Aquidauana.

Historicamente, os indígenas Kinikinau estão entre os grupos Guaná que representam a migração meridional dos Aruak pela Bacia do rio Paraguai. Os territórios tradicionalmente ocupados pelos Guaná localizavam-se em áreas distintas, desde a margem esquerda do baixo rio Apa até a área o norte do rio Negro. Com a chegada dos europeus à região, as migrações do grupo se deram no sentido leste. Os viajantes do século XIX registram informações relevantes sobre os Guaná no desenvolvimento da agricultura e do cultivo de roças de milho. No período colonial, havia quatro subgrupos Guaná que atravessaram o rio Paraguai, passando para suas margens orientais, os Exoadadi, os Terena, os Layana e os Kinikinau. Esses grupos teriam atravessado o rio Paraguai em ondas sucessivas a partir da segunda metade do século XVIII, instalando-se

na região banhada pelo rio Miranda e rio Nabileque, onde foram encontrados e registrados pelos viajantes do século XIX (naturalistas, botânicos e etnógrafos que percorreram o interior do país) (SILVA; SOUZA, 2007).

Encontramos, na obra de Visconde de Taunay (1931 [1866]), registros sobre os indígenas da região de Miranda, no rio Paraguai e Nabileque, entre eles estão os Guaycurú, os Kadiwéu, os Chané, os Terena, os Laiana, os Kinikinau e os Guaná. Há, nesses registros, relatos sobre os costumes de homens e mulheres, seus hábitos, suas vestimentas, expressões e pinturas corporais (Figura 13), modos de vida e características corporais, além de capítulos dedicados ao período da Guerra do Paraguai (1864-1870), a participação dos indígenas e as eventuais consequências em seus aldeamentos.



Figura 13: Desenho geométrico Kinikinau, feito por João Moreira Anastácio Kinikinau, 2000. Fonte: Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kinikinau>



Os grupos vivem espalhados por aldeias da porção ocidental de Mato Grosso do Sul, entre os municípios de Aquidauana (Bananal e Limão Verde), Miranda (Cachoeirinha e Lalima) e Nioaque (Água Branca e Brejão). A maior aldeia, conhecida como São João, está na Reserva Indígena Kadiwéu em Porto Murtinho (BESPALEZ, 2014).

Atualmente, os Kinikinau estão utilizando o espaço da educação escolar como “locus de reelaboração, afirmação e legitimação da identidade étnica” (SILVA; SOUZA, 2007, p. 150). Desta forma, a história de luta dos Kinikinau não é diferente dos demais povos indígenas das Américas, pois permanecem defendendo seus direitos por visibilidade, pela reafirmação de suas práticas culturais e identidade étnica e pelo retorno ao território tradicional, como afirmado na “Carta do Povo Kinikinau ao Estado Brasileiro”, em 2015:

Que nosso povo existe,

Que estamos organizados,

Que temos nosso conselho originário do povo Kinikinau, prova viva de nossa existência,

Que estamos articulados com os outros conselhos dos povos do MS,

Que o Estado Brasileiro tem uma dívida impagável para com o nosso povo,

Que exigimos nossos direitos previstos na Constituição Brasileira de 1988 e que queremos de volta nosso território!



OS MBAYÁ-GUAYCURÚ E OS PAYAGUÁ

Os Mbayá-Guaycurú e os Payaguá estão na categoria dos indígenas “bravos, bárbaros ou infiéis”, pois desde o início da invasão europeia são apresentados, nos relatos dos viajantes e dos missionários, por meio de intensos episódios de conflitos.

De acordo com Rodrigues (1986, p. 73-74) e Grasso (1996, p. 239), a família linguística Guaycurú abrange a região sul do Mato Grosso, parte do norte do Paraguai, sul do Chaco paraguaio e parte do Chaco argentino. Os grupos e línguas dessa família são os Toba, os Mocovíe, os Abipone e os Pilaga na Argentina; os Caduveo ou Kadiwéu (Serra da Bodoquena, no Mato Grosso do Sul), os Mbayá (Guaycurú) e os Payaguá do Paraguai e do Brasil (Figura 14 e 15).

Os Mbayá-Guaycurú manejavam bem o uso de cavalos e eram conhecidos pela prática de incursões em busca de cativos indígenas, como os Zamucos e os Chané. Nos documentos portugueses de meados do século XVIII, encontramos registros de ocupações dos Mbayá ao longo das margens orientais do rio Paraguai, próximo às fortificações portuguesas. Atualmente, estão representados pelos grupos Caduveo ou Kadiwéu (MATIENZO et al., 2011).

Os Payaguá eram exímios habitantes do Alto Paraguai; eles se deslocavam entre o extremo sul e o norte do rio Paraguai. Esses grupos eram tidos como “infiéis”, pois constantemente dificultavam os caminhos dos europeus,



tanto ao longo das expedições, da fundação de cidades, portos e povoados, como nas tentativas pelos jesuítas em reduzi-los. A partir de 1703, os Payaguá aparecem, frequentemente, nos relatos dos padres da Companhia de Jesus, sobretudo durante as tentativas dos missionários em interligar os *pueblos* Guaraní com as missões de Chiquitos, por meio do rio Paraguai. Esses episódios são marcados por intensos conflitos e inúmeras mortes (ARRUDA, 2011, p. 45-47 e p. 114-127).



Figura 14: Indígena Guaycurú retratado na obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista que percorreu o interior da Amazônia até o Mato Grosso, entre 1783 e 1792 (Ferreira, 1972 [1800]). Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1255454/mss1255454_05.jpg



Figura 15: Fotografia 25, "Índios Guaycurú" (Chaco), registro por Frederico Trebbi (1837-1928), do período da Guerra do Paraguai (1865-1870), Coleção Álbum de retratos e vistas referentes ao Paraguai. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon514942_1152999/icon1152930.jpg



GLOSSÁRIO

Palavras e expressões utilizadas ao longo do texto informativo:

Arte Rupestre: São obras gráficas que podem representar tempos diferentes e apresentar múltiplos significados no interior de um mesmo grupo, pois dependem da história particular de cada sociedade. Ao longo do tempo, os grupos humanos que ocuparam o continente americano deixaram registros de gravuras e pinturas nas paredes de grutas, abrigos, cavernas, blocos rochosos e lajedos horizontais. Esses registros possibilitam-nos uma aproximação com o mundo ideológico e imaginário dos grupos.

Aterros: Sítio arqueológico localizado na planície pantaneira, com presença de vestígios da cultura material e, eventualmente, com sepultamentos humanos. Os aterros se apresentam na paisagem como uma elevação do terreno entre 1,20m e 2m, com formas circulares e subcirculares e com predomínio de vegetação arbórea.

Bacia do Prata: É a quinta maior bacia hidrográfica do mundo e abarca importantes faixas territoriais da Argentina, Brasil, Paraguai, Bolívia e Uruguai. Os principais rios que formam a bacia do Rio Prata são o Paraná, o Paraguai e o Uruguai. Entre seus ecossistemas estão o Pantanal, o Pampa, o Chaco, o Cerrado e a Mata Atlântica.

Companhia de Jesus: Foi fundada em 1534, por Santo Inácio de Loyola, para dar início a uma nova forma de vida religiosa, contrária aos movimentos protestantes do momento. A Companhia de Jesus se espalhou pela Europa e países como o Japão e a China. No Brasil, os jesuítas (como eram chamados os membros da Companhia de Jesus) começaram a desenvolver, a partir de 1549, um trabalho de catequização dos povos (indígenas, imigrantes africanos e europeus). Sua prioridade estava nas atividades missionárias e de educação religiosa, fato que os levou a influenciar até mesmo as Índias e o Extremo Oriente. Atualmente, a Companhia de Jesus conta com mais de 24.000 membros em 120 países.

Cristãos e infiéis: Os termos cristãos e infiéis foram empregados nos relatos dos europeus pela região do Pantanal e espaços de fronteira. O termo “cristãos” era usado para identificar e definir quais eram os grupos indígenas aliados e cristãos, ou seja, que aceitavam a religião católica e a convivência num mesmo espaço com a sociedade europeia; já o termo “infiéis” definia os grupos com os quais os europeus deveriam praticar constantes relações de conflitos ou tentativas de “evangelização”, uma vez que esses grupos não se submetiam aos dogmas católicos. Os infiéis viviam em seus assentamentos nas matas, mas entravam em conflitos com os europeus, saqueando os espaços coloniais, povoados, estâncias, missões religiosas e portos.

Eldorado: No decorrer da expansão colonial, os conquistadores buscaram, através das expedições, caminhos de menor resistência e lugares seguros para o abastecimento das embarcações durante a conquista de territórios e de riquezas minerais, os quais eram conhecidos como Eldorado, Caracares, Notícia Real, Candire, Mojos e Paitití.



O Eldorado era uma antiga lenda indígena da época da colonização da América e atraiu vários conquistadores europeus. A lenda falava de uma cidade toda feita de ouro maciço e muitos outros tesouros. Acreditou-se que o Eldorado estivesse em várias regiões das Américas (México, Peru, Bolívia, Minas Gerais/Brasil, Mato Grosso/Brasil e Amazônia/Brasil).

Encomiendas: Esse sistema era uma concessão do Estado para o emprego de mão de obra compulsória, vinculada às responsabilidades específicas com seus indígenas. A Coroa Espanhola concedia ao colonizador e a seus herdeiros o direito de receber o serviço prestado pelo indígena na lavoura, nas minas e na construção e restauração de obras (povoados, cidades, portos etc). Como as riquezas naturais mostraram-se insuficientes em muitos locais, foram distribuídos lotes de terra e mão de obra indígena a cada colono espanhol. O primeiro sistema de distribuição de indígenas na América ficou conhecido como *repartimiento*, semelhante à *encomienda*, com a única diferença que esta não contava com a distribuição de terras ou de arrendamentos.

Espaços de fronteira: Reconhecemos a fronteira colonial não apenas como “linha de expansão”, de limites territoriais ou de relação de disputas entre impérios ibéricos, mas como uma área porosa, permeável e tênue, em que ocorrem relações articuladas de intercâmbios, interações e mestiçagens entre diferentes grupos sociais. A expansão desses impérios promovia disputas por territórios, riquezas e vassalos.

Eurocêntrico (etnocentrismo): A descoberta da humanidade do outro foi fruto da expansão comercial da Europa

Ocidental, que levou ao contato e ao estabelecimento de relações permanentes e comerciais com distintos povos e culturas da América. Logo, o contato entre os diferentes grupos étnicos é movido pela dinâmica da dominação e da exploração. Entretanto, quando o conquistador ocidental evidencia as similitudes existentes entre a sua cultura e a do outro, quando constata alguns elementos de razão e de virtude entre outros povos ditos “bárbaros e selvagens”, a compreensão do outro podia acompanhar a sua destruição, considerada como um “ato necessário não só para a dominação, mas para a preservação do caráter singular do ser cristão num mundo que colocava em evidência a sua não-singularidade” (FERREIRA NETO, 1997, p. 457). Com essa visão “etnocentrada” dos europeus nos séculos XVI e XVII, e com a convicção da superioridade da religião e da sociedade cristã sobre todas as outras existentes no mundo, os europeus conquistaram territórios, grupos indígenas, fundaram portos, povoados e cidades em lugares estratégicos mediante dominação e/ou imposição cultural.

Grupo étnico: Um grupo étnico é designado por uma população que: 1) perpetua-se principalmente por meios biológicos; 2) compartilha valores culturais fundamentais, postos em prática em formas culturais num todo explícito; 3) compõe um campo de comunicação e interação; e 4) tem um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como constituinte de uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem (BARTH, 1998, p. 10-11; OLIVEIRA, 1976, p. 2).

Missões de Chiquitos: Nas Províncias do Paraguai e de Chiquitos/Bolívia, os missionários de diferentes ordens religiosas realizaram trabalhos de “catequização e civilização”



dos distintos grupos indígenas que viviam nos territórios. Os missionários eram procedentes de vários territórios da Espanha, Itália, Alemanha, Áustria, Hungria, França e, também, aqueles que nasceram no Vice-Reinado do Peru. Entre 1692 e 1760, os jesuítas fundaram onze missões religiosas na Chiquitania, a saber: San Francisco Javier (1692), San Rafael (1696), San José (1698), Concepción (1709), San Juan Bautista (1716), San Miguel (1721), San Ignacio de Zamucos (1724), San Ignacio (1748), Santiago (1754), Santa Ana (1755) e Santo Corazón de Jesús (1760). Nessas missões, os indígenas cultivavam diversos produtos para consumo interno e outros para exportação, como cana de açúcar, algodão, milho, arroz, limão, banana, batata e outras verduras.

Tierras adentro: Esse termo foi utilizado pelos europeus em seus relatos para referir-se à região a oeste do Pantanal, na Bolívia, sobretudo para indicar os lugares “*más allá*” (mais adentro, interior) de onde estavam, ou seja, onde pretendiam encontrar vassalos (grupos indígenas) que mostrassem os caminhos para alcançar fabulosas riquezas minerais do Peru e de Potosi.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Orgs.). **Anais de Vila Bela 1734-1789**. Cuiabá/MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006. 319p. (Coleção Documento Preciosos).

ARATER, Consultoria e Projetos. **Estudo de Impacto Ambiental da Fazenda Tereré, Porto Murtinho/MS**. Campo Grande/MS: ARATER, Consultoria e Projetos, 2018. 500p.

ARRUDA, Ariane Aparecida Carvalho de. **Cristãos e infiéis nos espaços de fronteira, Chiquitania/Bolívia e Pantanal/Brasil:** conflitos, reciprocidade, mestiçagem e mobilidade social (1770–1800). 213f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Área de concentração em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2015.

ARRUDA, Ariane Aparecida Carvalho de. **Condiçantes étnicos na criação das Missões de Chiquitos:** alianças e conflitos na Chiquitania e no Pantanal (1609-1691). 148f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, Porto Alegre, 2011.

BARTH, Frederik. **Ethnic Groups and Boundaries:** The Social Organization of Culture Difference. United States of America: Waveland Press, Inc, 1998. 153p.

BESPALEZ, Eduardo. **As formações territoriais na Terra Indígena Lalima, Miranda/MS:** os significados históricos e cul-



turais da Fase Jacadigo da Tradição Pantanal. 281f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – MAE/USP, São Paulo, 2014.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Prefácio: Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira: Lília Moritz Schwarcz. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001 [1944]. 159p.

BOGGIANI, Guido. **Os Caduveos**. Tradução de Amadeu Amaral Júnior. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975 [1894]. 307p.

CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. **Naufragios y Comentarios**. Edición de Roberto Ferrando. Madri-Espanha: Historia 16, 1984 [1555].

CARMACK, Roberto M. La Ethnohistoria: una reseña de su desarrollo, definiciones, métodos y objetivos. Ethnohistoria y Teoría Antropológica. **Cuadernos del Seminario de Integración Social Guatemalteca**, n. 26, quinta serie, Guatemala, Editorial Jose de Pineda Ibarra, p. 7-47, 1979.

COMBÈS, Isabelle. Índios y Blancos? Hacer (etno) Historia en las Tierras Bajas de Bolivia. **Boletín Americanista**, Barcelona, año LX.1, n° 60, pp. 15-32, 2010.

CORRÊA, Valmir Batista (Coord.). **Albuquerque: revista histórica**. Albuquerque, Campo Grande, MS, UFMS, v. 1, n. 1, 217p., 2009.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972 [1800].

FERREIRA NETO, Edgard. História e etnia. In: CARDOSO, Ciro Famarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 508p.

GRASSO, Dick Edgar Ibarra. **Las lenguas indígenas en Bolivia**. Tercera edición. La Paz/Bolivia: Librería Editorial “Juventud”, 1996. 265p.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 317p.

IPHAN. **Educação Patrimonial: orientações ao professor**. Caderno Temático 1. Joao Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2011. 65p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialOrientacoesAOProfessor_ct1_m.pdf

IRALA, Domingo Martínez de. DOCUMENTO 4: Carta de Domingo de Irala a Su Majestad, Asunción, 1 marzo 1545. In: JULIEN, Catherine. **Desde el Oriente. Documentos para la historia del Oriente Boliviano y Santa Cruz la Vieja (1542-1597)**. Santa Cruz de la Sierra: Gobierno Municipal Autónomo, 2008. p. 20-26

LABRADOR, P. José Sánchez. **El Paraguay Católico**. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1910 [1770], Tomo I. 317p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 400 p.

MATIENZO, Javier; TOMICHÁ, Roberto; COMBÈS, Isabelle; PAGE, Carlos. **Chiquitos en las anuas de la Compañía de Jesús (1691-1767)**. Cochabamba/Bolivia: Instituto de Misiónología/Itinerarios Editorial, 2011.



MELIÀ, Bartomeu. **O Guarani**: uma bibliografia etnológica. Santo Ângelo: FUNDAMES, 1987. 341p.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. **Arqueologia das sociedades indígenas no Pantanal**. Campo Grande/MS: Editora Oeste, 2004. 117p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976. 118p.

PEIXOTO, José Luís S. **Relatório de Pesquisa do Projeto Arqueologia e Etno-história da Lagoa do Castelo e da Lagoa Vermelha, Pantanal, Brasil**. (Relatório de Pesquisa aprovado pelo CNPq, Edital Chamada Universal – MCTI/CNPq N° 14/2012). Corumbá: UFMS/CPAN, 2016.

PEIXOTO, José Luís dos Santos; ARRUDA, Ariane Aparecida Carvalho de. Interação Regional dos Grupos Indígenas Pré-coloniais que ocuparam a região das grandes lagoas do Pantanal e da Chiquitania. *In*: Sonia Alconini; Carla Jaimés Betancourt. (Org.). **En el Corazón de América del Sur 3**. Santa Cruz de la Sierra: Imprenta 2E, 2015, v. 1, p. 41-66.

PEIXOTO, José Luís dos Santos. Limites e Continuidades dos registros Rupestres na Chiquitania/Bolívia e no Pantanal/Brasil: o Estilo Chiquitania-Pantanal. **Cuadernos Del Instituto Nacional de antropología y Pensamiento Latinoamericano**, Série Especiales, n. 1 (2), p. 11-22, 2013.

PEIXOTO, José Luís dos Santos; ARRUDA, Ariane Aparecida Carvalho de. Pantanal rupestre. *In*: Peixoto, José Luís dos Santos (ed.). **Memórias do Pantanal Rupestre**. São Paulo: Imprensa edições de Arte, 2011. 48p.

PEIXOTO, José Luís dos Santos. **A ocupação dos povos indígenas pré-coloniais nos grandes lagos do Pantanal Sul-**

-mato-grossense. 262f.Tese (Doutorado em História, Concentração em Arqueologia). Porto Alegre/RS: PUCRS, 2003.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986. 134p.

SCHMÍDEL, Ulrich. **Viaje ao Río de la Plata (1534-1554)**. Notas bibliográficas y biográficas por Bartolomé Mitre. Prólogo, traducción y anotaciones por Samuel A. Lafone Quevedo. Buenos Aires: Cabaut y Cía., Editores, 1903 [1567].

SILVA, Giovani José da. Os Kadiwéu e seus etnógrafos de além do Atlântico: história e antropologia nos séculos XIX e XX. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA/ANPUH, 26, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional de História, 2011.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2018.

SILVA, Giovani José da; SOUZA, José Luiz de. O despertar da fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em Mato Grosso do Sul. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 6, n. 2, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/914>. Acesso em: 1 set. 2022.

TAUNAY, Visconde de. **Entre os nossos índios**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1931 [1866]. 134p.



MATERIAL COMPLEMENTAR

1) Livro "La relacion y comentarios del gobernador Alvar Nuñez Cabeça de Vaca, de lo acaescido en las dos Jornadas que hizo a las Indias", 1555. Acervo digital da Fundação Biblioteca Nacional/FBN/RJ. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital> e http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or813640/or813640.pdf

2) Documento 55 (I-29-19-55), Fundação Biblioteca Nacional, "Noticias do Lago Xarayes", 1788-1799, 31p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1458032/mss1458032.pdf

3) PRADO, Francisco Alves. Historia de los indios guaycurús, en que se describen los usos, costumbres, leyes, alianzas, ritos, y el gobierno domestico de estos barbaros [Manuscrito]. Buenos Aires, Biblioteca Nacional, 1841, 141p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0001997/mssp0001997.pdf

4) Portal de Arquivos espanhóis (acesso a materiais disponíveis em formato digital). Disponível em: <https://pares.culturaydeporte.gob.es/inicio.html>

5) Arquivo Histórico Ultramarino/Lisboa/Portugal. Disponível em: <https://digitalq.ahu.arquivos.pt>

6) Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia/Sucre. Disponível em: https://www.archivoybibliotecanacionales.org.bo/index.php?option=com_content&view=featured&Itemid=101

7) Documentário "O Brasil no olhar dos viajantes", TV Senado, 4 episódios. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5CECKxBtZQc>

8) Série "Guató: uma Remada no Tempo", Canal OFF, exibida em 2019, a série é composta por oito capítulos. Seu acesso está disponível apenas para assinantes do Canal OFF e Globoplay.

9) CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

10) RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986. 134p.

11) PEIXOTO, José Luís dos Santos; ARRUDA, Ariane Aparecida Carvalho de. Pantanal rupestre. In: Peixoto, José Luís dos Santos (ed.). **Memórias do Pantanal rupestre**. São Paulo: Imprensa edições de Arte, 2011. 48p.

12) BOGGIANI, Guido. **Os Caduveos**. Tradução de Amadeu Amaral Júnior. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975 [1894]. 307p.

13) Carta do Povo Kinikinau ao Estado Brasileiro "IPU-XOWOKU HOU KOINUKUNOE": pelo respeito a nossos direitos e pela identificação de nossos territórios tradicionais, 2ª. Assembleia do Povo Kinikinau, Aldeia Terena de Cabeceira – Nioaque, 15 a 18 de outubro de 2015. Disponível em: <https://cimi.org.br/2015/10/37848/>

14) "Os Povos Indígenas do Pantanal". Comemoração ao Dia Internacional dos Povos Indígenas (9/Agos./2022). Disponível em: <https://observatoriopantanal.org/2021/08/09/os-povos-indigenas-do-pantanal>



15) ROBERTO, Inacio (Org.). **Dicionário escolar bilíngue:** Kinikinau - Português/Português - Kinikinau. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2020. 295p.

16) Diários, relatos, informes e cartas de Expedições pela região do Pantanal e *tierras adentro*:

CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. **Nafragios y Comentarios.** Edición de Roberto Ferrando. Madrid-Espanha: Historia 16, 1984 [1555].

AZARA, Felix de. **Descripcion e Historia del Paraguay y del Río de la Plata.** Nota preliminar sobre Mitre y Azara por Julio César González. Buenos Aires: Editorial Bajel, 1943 [1847]. 383p.

DOCUMENTO I-29-5-91. Anônimo. Diário de un viage emprendido en 1703 para descubrir una comunicación entre las Misiones del Paraguay y las de los Chiquitos. 1704, fevereiro, 4, p. 1-16.

FERNÁNDEZ, P. Juan Patricio. **Relación Historial de las misiones de indios Chiquitos que en el Paraguay tienen los Padres de la Compañía de Jesús.** Asunción/Paraguay: Librería y Casa Editora de A. de Uribe y Compañía, 1896 [1726], vol. I. 282p.

IRALA, Domingo Martínez de. DOCUMENTO 4: Carta de Domingo de Irala a Su Majestad, Asunción, 1 marzo 1545. In: JULIEN, Catherine. **Desde el Oriente.** Documentos para la historia del Oriente Boliviano y Santa Cruz la Vieja (1542-1597). Santa Cruz de la Sierra: Gobierno Municipal Autónomo, 2008. p. 20-26

LABRADOR, P. José Sánchez. **El Paraguay Católico.** Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1910 [1770], Tomo I. 317p.

SCHMÍDEL, Ulrich. **Viaje ao Río de la Plata (1534-1554).** Notas bibliográficas y biográficas por Bartolomé Mitre. Prólogo, traducción y anotaciones por Samuel A. Lafone Quevedo. Buenos Aires: Cabaut y Cía., Editores, 1903 [1567].

SCHMIDT, Max. Capítulo V - Entre os índios guatós. In: Schmidt Max. **Estudos de etnologia Brasileira:** peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901. Seus resultados etnológicos. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1942. p. 109-128.



ÍNDICE REMISSIVO

A

Abipone 47
Agricultura 17, 44
Aldeamento 45
Alto Paraguai 22, 47
América do Sul 7
Américas 28, 46, 52
Animais 21, 41, 42
Arawak andino 22
Arqueologia 6, 12, 15, 16, 17, 20, 22, 25, 28
Arte rupestre 6, 16, 20, 22
Assentamentos 6, 10, 17, 23, 51
Aterros 6, 17, 20, 50
Autóctones 21, 35

B

Bacia do Prata 7, 16, 20, 50
Bem cultural 12
Biodiversidade 23
Bioma 12, 20
Bolívia 21, 22, 24, 31, 34, 35, 50, 52, 53, 54
Brasil 24, 31, 46, 47, 50, 51, 52

C

Caça 23
Caduveo 47
Canoa de um pau só 20
Capões-de-mata 10, 17, 22

Cartas 7, 29, 38
Cayman 23, 25
Cerâmica 22, 23, 42
Ceramistas 6, 20
Cerrado 12, 23, 50
Chaco 12, 24, 47, 49, 50
Chané 45, 47
Chiquitania 21, 22, 33, 54
Coletores 41
Colonização europeia 35
Colonizadores 30, 31
Colonos 30, 31, 34
Companhia de Jesus 41, 48, 51
Conchas de moluscos 22
Conhecimento 7, 8, 10, 23, 34, 35
Constituição Federal 8
Cordilheiras dos Andes 40
Corixos 17
Costumes 30, 40, 41, 45
Cristãos e infieis 51
Cultura 6, 8, 17, 24, 28, 29, 30, 50, 53
Cultural 7, 8, 12, 16, 21, 23, 53

D

Descobrimto 31, 32
Documentos históricos 13, 28, 41
Domínio 6, 34
Domínio espanhol 34

E

Educação 7, 12, 13, 46, 51
Educação patrimonial 7, 13
Eldorado 32, 51, 52
Embarcações 33, 34, 51
Encomiendas 34, 35
Espaços de fronteira 52
Espanhóis 9, 31, 32, 33, 34
Espécies endêmicas 12
Estudo de Impacto Ambiental 10
Estudos arqueológicos 6, 16, 23, 24
Etnocentrismo 52
Etno-história 12, 15, 16, 22, 25, 27, 28, 30
Europa 7, 51, 52
Europeia 7, 29, 35, 38, 47, 51
Europeus 6, 13, 18, 20, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 39, 40, 41, 44, 48, 51, 52, 53, 54

Exoaladi 44

Expedições 7, 29, 31, 32, 35, 39, 48, 51
Expressões 45, 50

F

Fazenda 6, 9, 12, 16, 23, 25
Fazenda Tereré 8, 10, 12
Fecho dos morros 24, 34, 38
Figuras geométricas 21
Fontes históricas 7, 16, 28, 30
Forte de Coimbra 24
Fronteira 24, 31, 34, 42, 51, 52
Fronteiras étnicas 38

G

Governo 7
Grafismos 20, 21

Gravuras 21
Grupos étnicos 7, 16, 23, 24, 28, 53
Grupos Guaná 44
Grupos indígenas 9, 20, 25, 28, 35, 38, 39, 51, 53, 54
Guaná 44, 45
Guarani 6, 24, 25, 31, 38, 39, 40, 41, 48
Guaycurú chaqueño 22
Guerra do Paraguai 45, 49

H

História 6, 7, 9, 12, 15, 16, 17, 22, 25, 27, 28, 30, 38, 46, 50
Historiador 30, 56
Histórico 7, 8, 13, 22, 25, 28
Historiografia brasileira 38

I

Império Inca 31
Indígenas 6, 9, 17, 20, 24, 25, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 51, 52, 53, 54
Infieis 47, 48, 51

J

Jesuítas 30, 48, 51, 54

K

Kadiwéu 6, 22, 23, 25, 38, 41, 43, 44, 45, 46, 47
Kinikinau 6, 38, 44, 45, 46

L

Lavouras 34
Lavradores 41
Layana 44



M

Mapas 29
Mata Atlântica 12, 23, 50
Mato Grosso 31, 46, 47, 48, 52
Mato Grosso do Sul 46, 47
Mbayá-Guaycurú 6, 38, 41, 47
Memória 8, 13, 28
Memória pantaneira 8
Mestiçagem 7
Missionários 7, 41, 47, 48, 53, 54
Missionários religiosos 7, 41
Missões de Chiquitos 24, 48, 53
Missões religiosas 30, 34, 51, 54
Mocovíe 47
Morro Pão de Açúcar 24
Morros 17, 20

O

O Caçador de Escravos 35
Ocupação humana 6, 10, 23
Ornamentação 42

P

Padres 48
Paisagem 6, 17, 50
Pantanal 6, 7, 10, 12, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 31, 32, 34, 35, 39, 43, 50, 51, 54
Pantanal do Nabileque 22
Pantanal Sul-mato-grossense 7, 12, 32
Paraguai 20, 22, 24, 25, 30, 31, 32, 33, 34, 40, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 53
Pastagens nativas 10
Payaguá 6, 24, 25, 38, 40, 47, 48

Peru 31, 32, 35, 52, 54
Pesca 23
Pesquisa 6, 12, 16, 29, 38
Pilaga 47
Pinturas corporais 45
Planície de inundação 18, 20, 24
Planície pantaneira 6, 10, 17, 20, 50
Policrômico 23
Porto Murtinho 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 22, 23, 25, 27, 34, 41, 44, 46
Portos 32, 33, 34, 48, 51, 52, 53
Português 7, 31, 40
Povoado 24, 31
Povos originários 7, 13
Pré-ceramistas 6, 20
Puerto 14 de Mayo 22, 25
Punta Valinotti 22

R

Região pantaneira 11, 16
Registro 28, 30, 49, 71
Rio Paraguai 20, 22, 24, 25, 31, 32, 33, 34, 40, 44, 45, 47, 48
Riquezas minerais 31, 32, 35, 39, 40, 51, 54

S

Símbolos 20, 21, 42
Sistema colonial 7, 16, 34
Sítios 10, 16, 20, 21, 22, 23, 25, 28
Sítios arqueológicos 10, 16, 25, 28
Social 7, 12, 13, 23, 30
Sociedade 7, 12, 29, 31, 50, 51, 53
Subsistência 17, 23

T

Técnica de percussão 21
Terena 44, 45
Territórios 7, 32, 38, 41, 44, 51, 52, 53, 54
Tierras adentro 24, 32, 33, 35
Toba 47
Tradição pantanal 20, 24
Tradições 28
Tupi-Guarani 24, 39
Turismo 7, 13

U

Uruguai 30, 34, 50

V

Vegetação nativa 11, 12
Vestígios 10, 17, 22, 29, 30, 50
Vestimentas 45
Viajantes 30, 39, 41, 42, 44, 45, 47

X

Xaraye 32

Z

Zamucos 47, 54



SOBRE OS AUTORES



Ariane Aparecida Carvalho de Arruda possui graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Doutora em História Ibero-Americana pela PUCRS. Participou do Programa de Doutorado Sanduíche (PDSE/CAPES) na Universidad de Sevilla/Espanha, em 2015. Atuou como Professora Substituta da UFMS/CPAN, em 2019. Atua especialmente na área de História, com ênfase em História da América colonial, História do Brasil colonial, Etno-história, História indígena e Arqueologia.



José Luís dos Santos Peixoto possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1995), doutorado em História pela PUCRS (2003) e pós-doutorado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011. É professor Titular Aposentado do curso de História do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Tem experiência na área de Arqueologia e Etno-história, atuando principalmente nos seguintes temas: Pantanal, Arqueologia, Cerâmica, Aterros e Arte Rupestre. Responsável pela implantação e coordenação do Laboratório de Arqueologia do Pantanal (LAPan), entre 2002 e 2020, e pela implantação do Museu de Arqueologia do Pantanal, em 2019.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Os conteúdos presentes nessa publicação são provenientes de projetos de pesquisas financiados com recursos financeiros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT).

Patrocínio:



Apoio:



Composição da capa: Cartografia de Hondius II, 1629, publicada por J. Janssonius desde 1630, com a localização do "Lago de los Xarayes", dos grupos indígenas, do espaço de fronteira Pantanal e Chiquitania e dos rios Paraguai e da Prata. Fonte: Biblioteca digital FBN/RJ;

Fotografia 25, "Índios Guaycurú" (Chaco), registro por Frederico Trebbi (1837-1928), do período da Guerra do Paraguai (1865-1870), Coleção Álbum de retratos e vistas referentes ao Paraguai. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional;

"A cunhada de Joãozinho", indígena Kadiwéu, aquarela do italiano Guido Boggiani, em 1892, Pantanal de Nabileque. Fonte: Boggiani (1975 [1894], p. 195);

Pintura óleo sobre tela de Jean-Baptiste Debret. 1820-1830. Paris, França, 1768-1848. 80 X 112 cm. Fonte: acervo do MASP.

editora
ECO
Didática



<https://editoraecodidatica.com.br>
contato@editoraecodidatica.com.br



Ariane Aparecida Carvalho de Arruda
José Luís S. Peixoto

Caderno de Apoio
Porto Murтинho
no Contexto
Histórico Colonial

editora **ECO**
Didática

